

## **Desafios no âmbito da saúde dos jovens em privação de liberdade, com foco em transexuais: uma revisão de literatura**

### **Health challenges for juveniles in detention, focusing on transsexuals: a literature review**

DOI:10.34117/bjdv8n9-167

Recebimento dos originais: 16/08/2022

Aceitação para publicação: 15/09/2022

#### **Catharina Ribeiro Guimarães**

Graduada em Medicina

Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Endereço: Rua General Carneiro, 209, Centro Curvelo - MG, CEP: 35790-129

E-mail: cath.guimaraes@hotmail.com

#### **Luana Marta Rodrigues Rabelo**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Enedir Matias Borges, 71, Vale Verde, Carmo do Cajuru - MG

CEP: 35557-000

E-mail: luanamartta@hotmail.com

#### **Lorena Nogueira da Silva**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Av. Sebastião Marcelino, 55, Campestre, Carandaí - MG, CEP: 36280-000

E-mail: lorena\_nosilva@hotmail.com

#### **Geovana Campos Nogueira Penido**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Lacilo Caselato, 358, Alto Pero, Três Corações – MG, CEP: 37417-240

E-mail: geovanacnpc@gmail.com

#### **Júlia Caroline Gonçalves de Oliveira**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Inácio Rosa, 50, Fernão Dias, Belo Horizonte – MG, CEP: 31920-240

E-mail: jujucaroli100201@gmail.com

#### **Paola Santana Scapellato**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Dom José Maria Pires, 29, Centro, Ataléia - MG

E-mail: paolass3@hotmail.com

**Caroline Vasconcelos Passos**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Olavo Bilac, 87, Jardim Ipê, Dr. Lund, Lagoa Santa

E-mail: carolpv00@gmail.com

**Alice de Barros Soriano Miglio**

Graduada em Medicina

Instituição: Faculdade de Minas (FAMINAS – BH)

Endereço: Rua Antônio Mendes de Souza, 194, Grão Pará, Teófilo Otoni – MG,

CEP: 39800-169

E-mail: alicemiglio@hotmail.com

**RESUMO**

Este artigo de revisão de literatura tem como objetivo analisar publicações de artigos científicos voltados para a saúde dos jovens em privação de liberdade, com um recorte específico para as crianças e adolescentes transexuais. A revisão sistemática integrativa foi realizada na seguinte base de dados: Descritores em ciências da saúde, entre os anos de 2011 a 2020, utilizando-se os descritores “medidas socioeducativas; saúde; transexualidade; adolescente; relação familiar” separadamente, analisando e separando os artigos de interesse que convergiam para o tema em questão. Após análise criteriosa, foram excluídos artigos que não preencheram os critérios de inclusão neste trabalho, sendo, assim, 27 documentos resultantes. Este estudo buscou extrair informações de artigos referentes às condições precárias a que estão sujeitos os jovens em situação de privação de liberdade, sobretudo quanto ao âmbito da saúde, além de destacar a questão da transexualidade atrelada a esses fatores. Após estudo da literatura obtida, ficou explícito o cenário precário, com lógica punitiva e permeado por violações à dignidade humana a que os jovens em medida socioeducativa estão expostos, sobretudo os transexuais, que carregam com mais peso o fardo da discriminação.

**Palavras-chave:** medidas socioeducativas, saúde, transexualidade, adolescente, relação familiar.

**ABSTRACT**

This literature review article aims to analyze publications of scientific articles focused on the health of young people in detention, with a specific focus on transgender children and adolescents. The integrative systematic review was carried out in the following database: Descriptors in health sciences, between the years 2011 to 2020, using the descriptors "socio-educational measures; health; transsexuality; adolescent; family relationship" separately, analyzing and separating the articles of interest that converged on the topic in question. After careful analysis, articles that did not meet the inclusion criteria for this work were excluded, thus resulting in 27 documents. This study sought to extract information from articles referring to the precarious conditions to which young people in situations of deprivation of liberty are subjected, especially in terms of health, in addition to highlighting the issue of transsexuality linked to these factors. After studying the literature obtained, the precarious scenario became explicit, with a punitive logic and permeated by violations to human dignity to which young people in socio-educational measures are exposed, especially transsexuals, who carry with more weight the burden of discrimination.

**Keywords:** socio-educational measures, health, transsexuality, adolescent, family relations.

## 1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, no Brasil, a sociedade, sobretudo menos favorecida socioeconomicamente, encontra-se imersa meio a crises e à criminalidade, cujo caráter é multifatorial e leva em conta, sobretudo a carência de direitos básicos, como saúde e educação, além das carências econômicas: 66% dos adolescentes em medida socioeducativa vivem em famílias com renda mensal inferior a dois salários-mínimos, enquanto 12,7% desses jovens vivem em um núcleo sem renda. Os índices de adolescentes envolvidos com práticas infracionais levam a um questionamento das normas sociais vigentes e das raízes das mazelas socioeconômicas que afetam de forma incisiva grande parcela da sociedade brasileira, se estendendo à juventude. Tratando-se de crianças e adolescentes transexuais, soma-se a esses fatores o preconceito, a discriminação e a marginalização aos quais estão sujeitos, não só por parte da sociedade, mas, também, por parte do seu núcleo familiar, que agravam ainda mais a situação de vulnerabilidade (ASQUIDAMINI, 2015; NETO, 2017).

As carências sociais e econômicas atreladas ao preconceito e marginalização fazem com que as crianças e adolescentes atingidas por essa questão sejam mais suscetíveis ao conflito com a lei e, conseqüentemente, sejam alvo das medidas socioeducativas propostas pelo Estado. Os jovens, já vulneráveis socialmente, ainda são expostos a ambientes hostis, que não suprem suas necessidades básicas, dentre elas, a saúde. Ao serem condenados à difícil realidade dos centros socioeducativos, esses indivíduos estão ainda mais suscetíveis ao reingresso na criminalidade, além da possibilidade de desenvolverem transtornos de ordem psicossomática. Quando essa realidade é adicionada à questão da transexualidade de crianças e jovens, ainda mais fragilizados, as conseqüências são mais drásticas e a realidade, mais dura (HUGHTO, 2017; RAFFERTY, 2018, PUCKETT, 2015).

## 2 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente estudo, foi realizada uma revisão sistemática integrativa da literatura na área da saúde, utilizando-se os descritores “medidas socioeducativas; saúde; transexualidade; adolescente; relação familiar” isoladamente na

base de dados “Descritores em ciências da saúde”, que levou a publicações nas plataformas SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde e demais plataformas da saúde voltadas para artigos indexados, entre os anos de 2011 e 2020, nos idiomas português e inglês. Após análise do material obtido, foram selecionados aqueles que convergiam para o tema de interesse, possibilitando, assim, a análise integrativa de ampla abrangência do tema em questão, envolvendo diversos métodos de estudo e perspectivas. A seleção de artigos foi feita por todos os autores deste trabalho em conjunto, bem como a análise e exclusão de material não pertinente. Por fim, foram obtidos 27 artigos que forneceram base e sustento para este documento.

### 3 DISCUSSÃO

A fragilidade de um estágio da vida permeado por incertezas, crises e instabilidade emocional, quando adicionada ao desenvolvimento ainda incompleto, vividas por indivíduos na idade da adolescência, torna-os vulneráveis perante a sociedade, predispondo-os ao desenvolvimento de distúrbios psicossomáticos e a comportamentos erráticos que contrariam as leis (HUGHES, 2020). Quanto à questão dos jovens transexuais, estes ainda passam por um profundo questionamento acerca da sua identidade, que acarreta altos níveis de estresse e ansiedade, além da dor emocional na tentativa, muitas vezes frustrada, de omitir a identidade de gênero com a qual se identificam (MEHUS, 2017; SEVELIUS, 2017). Além desse quadro, muitos ainda são forçados a vivenciar a discriminação dentro e fora de seu núcleo familiar. Esta última, muitas vezes corresponde à rejeição do adolescente por parte dos responsáveis e, segundo LE, 2016, a não aceitação por parte dos pais, contabiliza maior sofrimento psicológico, bem como histórias de trabalho sexual por parte dos indivíduos transgêneros. Fatores, estes, que, por si só resultam em altas taxas de depressão, ansiedade, transtornos alimentares, automutilação e suicídio, porém são agravados por situações adversas, como a privação de liberdade (RAFFERTY, 2018; PUCKETT, 2015). Todas essas questões, somadas às mazelas da sociedade atual, convergem no favorecimento à criminalidade por parte desses jovens. Pesquisa realizada pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD) revelou que, em São Paulo, 2.100 adolescentes, em geral, foram sentenciados no período de junho de 2000 a abril de 2001. Dentre os crimes cometidos, furto e roubo somam 48%, enquanto as acusações de homicídio são em torno de 1,4% dos casos (FRIEDRIH, 2012). A realidade para os transexuais é mais obscura, pois estudos apontam que, proporcionalmente, o

número de presos transgêneros é maior que o da população em geral, sobretudo pelo fato de a marginalização dessa população leva à pobreza, exclusão social e prostituição, gerando um número maior de delitos (GLEZER, 2013).

Na Legislação Brasileira, as crianças e os adolescentes são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tratando-se do cometimento de atos infracionais, de acordo com a

Lei n. 8.069 (1990), o ECA define as diretrizes voltadas para a responsabilização e reinclusão de jovens delinquentes na sociedade por meio de medidas socioeducativas, desde que o indivíduo tenha menos de 18 anos no ato. As medidas podem ser cumpridas em liberdade, mediante advertência, prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida, ou, então, dependendo do delito e dos agravantes, o jovem é internado por um período máximo de 3 anos. O Estatuto também garante aos jovens os direitos básicos individuais, como direito à educação, saúde e segurança, higiene, alimentação, além de, em seu artigo 49, inciso III, também terem direito, caso estejam em medidas socioeducativas, de serem respeitados em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não limitados na sentença (LUDKE NARDI, 2014; GURALH FRIEDRIH, 2012). Em contraponto a este último direito, os adolescentes se deparam com condições precárias, que ferem boa parte dos direitos desses indivíduos.

O sistema socioeducativo brasileiro para menores infratores tem características repressivas, punitivas e violentas. O caráter educativo fica em segundo plano, enquanto castigos, humilhação e sofrimento são preconizados como forma de correção. Com a permissão de muitos agentes dos centros socioeducativos e a negligência governamental, os adolescentes privados de liberdade veem seus direitos colocados em xeque e suas necessidades básicas negadas sob a premissa da vingança disfarçada de punição. Os jovens em conflito com a lei são forçados à obediência a partir da produção de submissão por aqueles que determinam as condições para sua completa liberdade. Essas mazelas, que mancham a imagem de ressocialização dessas instituições abrangem as mais diversas áreas dos direitos básicos do ser humano, assim como a saúde (ASQUIDAMINI, 2015).

Segundo Neto, 2017, o lado obscuro dos centros socioeducativos quanto às condições de saúde e das demais necessidades básicas dos indivíduos justificam a prevalência e o agravamento de transtornos psiquiátricos. As crianças e adolescentes, já fragilizados pelos dilemas socioeconômicos e pela marginalização, se tornam ainda mais suscetíveis ao desenvolvimento de distúrbios de ordem psicossomática mais graves, que

podem culminar em autoextermínio. Além do destaque para a questão psicológica, ainda são nítidos outros entraves para a manutenção da saúde dos jovens. A lógica punitiva dos centros socioeducativos recorre, muitas vezes, a ferramentas de coerção como spray de pimenta, eletrochoque, medidas de isolamento total, além de existirem relatos de agressões físicas e verbais contra os indivíduos em medida reintegrativa social. A violência não institucionalizada contra esses menores infratores e a negligência social e governamental fazem com que a saúde ocupe uma posição de pouco destaque, contando com poucas ou nenhuma ação para sua promoção e manutenção, expondo esses indivíduos aos mais diversos riscos e privando-os de amparo e cuidados fundamentais.

Os profissionais da saúde, portanto, deparam-se com um grande desafio quanto à assistência dos jovens em privação de liberdade, pois, além de terem de lidar com todos os conflitos naturais da idade, ainda lidam com a persistência do estigma punitivo das unidades de internação e com o descaso das instituições governamentais para com esses indivíduos, que são condenados à superlotação e insalubridade. A literatura aborda o sofrimento relatado pelos jovens institucionalizados, que enfrentam a precária assistência e promoção da saúde, enquanto os profissionais da saúde não conseguem, sem auxílio das autoridades governamentais, estabelecer uma rede de cuidados efetiva. Os empecilhos para a manutenção da saúde de qualidade dos jovens e adolescentes em privação de liberdade também contam com a fragmentação da atenção voltada a esse direito básico, causada pela dificuldade da articulação entre as redes de saúde e do próprio sistema socioeducativo. Os menores em privação de liberdade, portanto, não têm o amparo necessário em todos os âmbitos da saúde e os profissionais que se dedicam à causa não conseguem suprir por si só todas as suas necessidades (NETO, 2017; NASCIMENTO, 2018).

Para as crianças e adolescentes transexuais, em particular, todas essas formas de violação vêm acompanhadas de maiores desafios. O encarceramento somado à discriminação a níveis individuais, organizacionais e sistêmicos agrava as questões psicológicas já descritas, sofridas pelo jovem transexual, contribuindo ainda mais para casos de depressão e suicídio. Destaca-se, também, importância do apoio direto de pessoas próximas, como os pais, como um fator de proteção da saúde mental desses indivíduos, ao qual, porém, eles não têm acesso em situação de reclusão (SIMONS, 2013; VALASHANY, 2018). Não obstante, de acordo com Nascimento, 2020, jovens trans carregam o fardo da insatisfação corporal, que está relacionada diretamente a dietas excessivamente restritivas e compulsão alimentar. Além disso, cerca de 40% dos

adolescentes transexuais investigados no estudo de Nascimento alegaram excesso de exercícios físicos, buscando a idealização do padrão corporal. Soma-se a esses eventos a alta incidência de ISTs entre indivíduos transgêneros, sobretudo devido ao pouco apoio e instrução familiares, à ausência de instruções e de métodos preventivos, além da situação de vulnerabilidade a que indivíduos transexuais estão sujeitos, como foi demonstrado empiricamente no estudo de Glezer, 2013 (SIMONS, 2013; GLEZER, 2013). A adição dessas mazelas ao atual cenário dos centros socioeducativos do país evidencia o papel imprescindível dos cuidados na área da saúde o jovem trans e corrobora o desafio enfrentado por profissionais de saúde que se empenham a alterar esse cenário.

Com essa problemática, portanto, as crianças e adolescentes em privação de liberdade, não têm seus direitos básicos supridos, sendo afligidas pela falta dos cuidados de saúde quando necessário, pela prevenção de doenças prevalentes e pela promoção de hábitos de vida saudáveis. Os jovens transexuais, por sua vez, enfrentam esse desafio em maiores proporções, pois são ainda mais vulneráveis às consequências, sendo elas aquelas que também afligem os cisgêneros, como altos índices de adoecimento mental e autoextermínio, e, ainda, aquelas que são mais acentuadas pela transexualidade, que vão desde o agravamento do dismorfismo corporal, até o aumento das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, que faz com que muitos desses indivíduos ingressem na prostituição, com conseqüente redução na expectativa de vida (NASCIMENTO, 2018).

Além das consequências para a saúde dos indivíduos, de acordo com Ruigh, 2019, os resultados para a sociedade também são negativos. Apenas o encarceramento não impede a reincidência do indivíduo na criminalidade, caso não seja acompanhado de tratamentos sociais e mentais adequados. A ausência desses tratamentos pode, ainda, agravar os índices de criminalidade. Em suma, a experiência negativa vivida tanto por jovens cisgêneros e, em especial os transgêneros, além de resultar em um prejuízo ainda maior de sua saúde mental, ainda prejudicam sua reinserção social, aumentando os índices de reincidência no crime.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante às informações apresentadas neste estudo, pode-se concluir, então, que as fragilidades do sistema socioeducativo afetam todos os âmbitos da vida dos jovens, desde o educacional, até o âmbito da saúde. Percebe-se uma série de violações aos direitos das crianças e adolescentes, que levam, não só à pouca efetividade na reintegração destes na sociedade e no mercado de trabalho, até ao adoecimento físico e mental, que pode levar

muitos jovens ao autoextermínio. Quanto aos indivíduos transexuais, o impacto dessas violações se mostra ainda mais prejudicial, principalmente devido ao fato de estar atrelado às fragilidades já existentes em decorrência do conflito de identidade.

Há, portanto, um grande desafio, não só para os profissionais da área da saúde, mas, também, para as figuras governamentais acerca da reestruturação do sistema socioeducativo. Urge a necessidade de políticas públicas e movimentação de setores envolvidos voltados para a valorização do caráter socioeducador dessas instituições, e a remoção do estigma punitivo, além da criação de uma rede de amparo aos jovens transgêneros. Ressalta-se que, apesar do entendimento das mazelas que afligem o sistema, o caminho a ser percorrido ainda é longo para que as instituições socioeducadoras possam proporcionar às crianças e aos adolescentes, não só medidas educacionais e a possibilidade de reinserção social, mas, também, saúde de qualidade e acolhimento. Enquanto essas medidas não são preconizadas pelas autoridades governamentais e pelos dirigentes dos centros socioeducativos, resta à sociedade o questionamento: centros correccionais de menores infratores: educação ou violação?

## REFERÊNCIAS

ASQUIDAMINI, F.; BARBIANI, R.; SUGIZAKI, E. Adolescentes em Medida Socioeducativa: Violência ou Violação de Direitos? Revisão de Literatura. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 113–123, 2015. DOI: 10.5020/23590777.15.1.113-123. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4526>>. Acessado em 08 de novembro de 2021.

Brasil. Estatuto da criança e do adolescente. 1990. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf/view>>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

CAVALCANTI, P. B.; DANTAS, A. C. DA S.; CARVALHO, R. N. Contornos e sinergias entre a política de Saúde e o adolescente privado de liberdade: intersectorialidade comodesafio. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 2, p. 399 - 410, 5 dez. 2011. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9346>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

CAVALCANTI Lilian Joane et al. Adolescentes em acolhimento provisório: uma análise investigativa sobre a vulnerabilidade ao HIV - **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**; 7(2): 2516-2525, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-755389>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

GLEZER, Anna et al., Transgendered and incarcerated: a review of the literature, current policies and laws, and ethics – J Am Acad Psychiatry Law 41:551–9, 2013. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52277839/551.fullwithcoverpagev2.pdf?Expires=1637875846&Signature=XU9CLhqTW3WwnohMo6pT33bWCwsBCrSgaJrkFX0NR7325fMS7ZHJkDZpWCdY2K89jkBDgb94mVT1fc2k6~0QUFtPSGjRB6RYIhsK9uI7~VrriRxGgiNzK1IZ9IoBkZkrtr8YnUjEuA5ZY2Jp~0M1oRD4OmQHY5BhH50Cpt~TJ63n1QWK9Hx7z2efAIAcOa7ymUyz8N4b82jR8vJXx44IvB2S56W~9NJadkHJcckd u5qcExxZFLMNuRnR5PPPc0YxYxVq63ARJGkG~d3kI0DruxccTuwg5zrrpB5Onx~zp skufAV9x~P9adx3WCg6QBWP9CYICR0kk3-Bm0YQRw\\_\\_\\_\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52277839/551.fullwithcoverpagev2.pdf?Expires=1637875846&Signature=XU9CLhqTW3WwnohMo6pT33bWCwsBCrSgaJrkFX0NR7325fMS7ZHJkDZpWCdY2K89jkBDgb94mVT1fc2k6~0QUFtPSGjRB6RYIhsK9uI7~VrriRxGgiNzK1IZ9IoBkZkrtr8YnUjEuA5ZY2Jp~0M1oRD4OmQHY5BhH50Cpt~TJ63n1QWK9Hx7z2efAIAcOa7ymUyz8N4b82jR8vJXx44IvB2S56W~9NJadkHJcckd u5qcExxZFLMNuRnR5PPPc0YxYxVq63ARJGkG~d3kI0DruxccTuwg5zrrpB5Onx~zp skufAV9x~P9adx3WCg6QBWP9CYICR0kk3-Bm0YQRw_____&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)>. Acesso em: 25 de novembro de 2021;

GURALH FRIEDRIH, S.A. A liberdade constitucionalmente prevista e sua relação com a medida socioeducativa de internação. **Texto e Contexto (Porto Alegre)**, v. 11, n. 1, p. 193-203, 27 jul. 2012 Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9032>>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

DO NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira; et al. Homens jovens em centros de detenção juvenil no Rio de Janeiro, Brasil: gênero, sexualidade, masculinidades e implicações para a saúde. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/tS5cRJx3J9s3QW8NpGH6V6G/abstract/?lang=pt#>> Acessado em 14 de novembro de 2021

HUGHES, Nathan, *et al.* Health Determinants of adolescents criminalisation. *Lancet Child Adolesc Health*, v.4, edição2, p.151-162. fev.2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642\(19\)30347-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642(19)30347-5/fulltext)>. Acesso em 08 de novembro de 2021.

HUGHTO, JM White, Clark KA, Altice FL, Reisner SL, Kershaw TS, Pachankis JE. Creating, reinforcing, and resisting the gender binary: a qualitative study of transgender women's healthcare experiences in sex-segregated jails and prisons. *Int J Prison Health*. 2018;14(2):69-88. doi:10.1108/IJPH-02-2017-0011. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5992494/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

JACOBSON, J. Helping transgender children and teens. *The American journal of nursing*, 113 (10), p.18–20, October 2013. Disponível em: <[https://journals.lww.com/ajnonline/Abstract/2013/10000/Helping\\_Transgender\\_Children\\_and\\_Teens.17.aspx](https://journals.lww.com/ajnonline/Abstract/2013/10000/Helping_Transgender_Children_and_Teens.17.aspx)>.

Le V, Arayasirikul S, Chen YH, Jin H, Wilson EC. Tipos de apoio social e aceitação dos pais entre jovens transexuais e seu impacto na saúde mental, estreia sexual, história de trabalho sexual e relação anal sem preservativo. *J Int AIDS Soc* . 2016; 19 (3 Suplemento 2): 20781.

Publicado em 17 de julho de 2016. doi: 10.7448 / IAS.19.3.20781. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4949317/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

LUDKE NARDI, Fernanda; MACHADO JAHN, Guilherme; DALBOSCO DELL'AGLIO, Débora. Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 116-137, 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682014000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682014000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 nov. 2021

MEHUS, Christopher J. et al, Living as na LGBTQ adolescente and a parent's child: Overlapping or separate experiences – 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5553294/>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

NASCIMENTO, F. K., Reis, R. A., Saadeh, A., Demétrio, F., Rodrigues, I. L. A., Galera, S. A. F., & Santos, C. B. dos. (2020). Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida. *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, 28, e3351. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3504.3351>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

NETO, Nilo Terra Arêas; CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone Gonçalves. Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade – jul-set 2017. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n3/511-540>> acesso em 29 set. 2021.

PEATE, Ian. Transgender prisoners. **British Journal of Nursing**, v. 27, n. 2, p. 73-73, jan,2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29368567/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

PUCKETT, Julia A., et al. "Parental rejection following sexual orientation disclosure: Impact on internalized homophobia, social support, and mental health." *LGBT health* 2.3 (2015): 265-269. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26788675/>>. Disponível em: 25 de novembro de 2021.

RAFFERTY, Jason et al. Ensuring Comprehensive Care and Support for Transgender and GenderDiverse Children and Adolescents. Disponível em: < [http://www.ufrgs.br/pediatria/Repositorio/ppsc/bibliografia/crescimento-e-desenvolvimento/rafferty\\_ensuring\\_comprehensive\\_care\\_and\\_support\\_for\\_transgender\\_and\\_gender-diverse\\_children\\_and\\_adolescents\\_pediatrics\\_2018](http://www.ufrgs.br/pediatria/Repositorio/ppsc/bibliografia/crescimento-e-desenvolvimento/rafferty_ensuring_comprehensive_care_and_support_for_transgender_and_gender-diverse_children_and_adolescents_pediatrics_2018)>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

REISNER, S.L. *et al.* Gender Minority Social Stress in Adolescence: Disparities in adolescent Bullying and Substance Use by Gender Identity. *The Journal of Sex Research*, London, v. 52, p. 37-41, fev. 2015. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24742006/>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

ROUTH, D. *et al.* Transgender Inmates in Prisons: A Review of Applicable Statutes and Policies. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, Pullman, v. 61, p. 667-688, set. 2015. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306624X15603745>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

DE RUIGH, E. L.; et al. Predicting quality of life during and post detention in incarcerated juveniles. 14 de março de 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11136-019-02160-6>> Acesso em 13 de novembro de 2021

SIMONS, L., Schragar, S. M., Clark, L. F., Belzer, M., & Olson, J. Parental Support and Mental Health Among Transgender Adolescents. *Journal of adolescent health* 53, p. 791-793. Accepted July 15, 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3838484/>>

SILVA, E. R.; Gueresi, S. 2003. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada e Econômica, IPEA/Ministério da Justiça. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=454](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=454)>. Acessado em 08 de novembro de 2021.

SEVELIUS J, Jenness V. Challenges and opportunities for gender-affirming healthcare for transgender women in prison. *Int J Prison Health*. 2017 Mar 13;13(1):32-40. doi: 10.1108/IJPH-08-2016-0046. PMID: 28299969; PMCID: PMC8263052. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28299969/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

SIMOPOULOS EF, Khin Khin E. Fundamental principles inherent in the comprehensive care of transgender inmates. *J Am Acad Psychiatry Law*. 2014;42(1):26-36. PMID: 24618516.

Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24618516/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

VALASHANY BT, Janghorbani M. Quality of life of men and women with gender identity disorder. *Health Qual Life Outcomes*. 2018 Aug 20;16(1):167. doi: 10.1186/s12955-0180995-7. PMID: 30126432; PMCID: PMC6102794. Disponível em:

< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30126432/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

WILSON, E.C. *et al.* The Impact of Discrimination on the Mental Health of Trans\*Female Youth and the Protective Effect of Parental Support. *CPHR*, San Francisco, v.20, p. 2203- 2211, apr. 2016. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27115401/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.